



A PRESENÇA DA BASE: Independência e Autonomia *versus* Superproteção

Reginaldo A. SILVA¹

RESUMO

Neste Relato de Experiência, apresento uma síntese de situações vivenciadas, in loco, com sujeitos com limitações distintas, tais como auditiva, visual e a pessoa com autismo. É sabido que a presença da família do sujeito com especificidades educacionais, torna o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo e equilibrado, do ponto de vista da educação inclusiva. Porém, quando esta mesma base age como uma barreira dificultadora nesse processo, o desafio de oportunizar ao sujeito a independência e a promoção de sua autonomia é constante, pois, a excessiva preocupação em assegurar que os desejos do filho sejam atendidos pontualmente está ativa. Dessa forma, a progressão sociocognitiva satisfatória é inibida em razão da superproteção e o bloqueio da aproximação de terceiros solidifica. Portanto, cabe-nos dar atenção à família e supri-la de informações de modo que consiga remover o estigma enraizado e preconceituoso.

Palavras-chave: Acessibilidade; Família; Excesso de Cuidado; Luto familiar; Super proteção.

1. INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PcD) representam uma parcela significativa da população, em todo o mundo, e enfrentam desafios únicos em seu dia a dia. A presença de uma base sólida na formação de um sujeito é fundamental para o desenvolvimento de sua independência e autonomia. Desde a infância, com a estrutura familiar e o ambiente em que a pessoa é criada, desempenha papéis cruciais na construção de sua identidade e na capacidade de tomar decisões de forma responsável. No entanto, essa base deve ser equilibrada, permitindo que o sujeito explore o mundo ao seu redor e aprenda com suas próprias experiências, sem ser sufocado por uma superproteção que possa limitar seu crescimento pessoal (Pacheco, 2013, p. 24-25; Naouri, 2009).

A presença constante de uma base familiar deve promover a confiança e a segurança necessárias para que o sujeito sinta-se capaz de enfrentar desafios e conquistar sua própria autonomia. “A superproteção familiar pode resultar em dependência e falta de autonomia” do sujeito, quando houver atividades a serem executadas autonomamente surgirá, nesse processo, o desinteresse para tais ações, assim, ocorrerão “interferências em seu desenvolvimento emocional e social, além de conseqüências à sua estimulação e utilização da visão funcional” (Silva; Airoidi, 2024, p. 36). No que diz respeito à superproteção, embora muitas vezes ela seja motivada pelo desejo de proteção e cuidados, pode ter efeitos prejudiciais. Quando a base é excessivamente protetora, o sujeito – na dependência emocional e prática – pode ser impedido de desenvolver habilidades essenciais para a vida, como a capacidade de tomar decisões, lidar com frustrações e até mesmo resolver problemas por conta própria, não sentindo confiança para agir sem a aprovação ou o suporte constante de terceiros. Isso pode levar a dificuldades na vida adulta, quando a autonomia é

¹ Professor de Língua brasileira de sinais - Libras – IFSULDEMINAS, *Campus* Machado e Tradutor-Intérprete de Libras – IFSULDEMINAS, *Campus* Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

necessária para enfrentar as demandas do cotidiano e as responsabilidades profissionais, bem como as pessoais. Dessa forma, “a superproteção e a existência de um sistema de regras muito rígido e controlador” podem “proporcionar uma baixa autonomia e insegurança” (Rita, 2018, p. 18).

É importante, portanto, que a base ofereça suporte, mas também permita ao sujeito experimentar e aprender com seus próprios erros. A independência não se desenvolve em um ambiente onde todas as decisões são tomadas por outra pessoa, neste caso, pais e/ou responsáveis, mas sim em um contexto onde há espaço para a experimentação e a auto expressão. O equilíbrio entre suporte e liberdade é essencial para que o sujeito construa uma confiança interna e se sinta preparado para enfrentar os desafios da vida de forma autônoma. Quando a base é construída com essa dualidade em mente, o indivíduo tende a desenvolver uma visão equilibrada de si mesmo e de suas capacidades, sabendo que tem apoio, mas também que é capaz de seguir em frente por conta própria (Andrade, 2022). A relação entre independência, autonomia e superproteção é delicada e requer uma abordagem cuidadosa por parte daqueles que estão na posição de prover essa base.

A educação, seja em casa ou na escola, deve ser direcionada ao desenvolvimento de sujeitos autônomos e confiantes, que possam assumir o controle de suas vidas sem a necessidade de constante validação ou intervenção externa. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que esses saibam que têm uma rede de apoio à qual podem recorrer quando necessário. Por fim, essa dualidade permite o desenvolvimento de uma autonomia saudável, onde o indivíduo sabe que pode contar com outros, mas também que tem a capacidade de se autogerir e de tomar decisões de forma independente (Pacheco, 2013). Segundo Marques (1995, p. 122), “os pais de uma criança com deficiência vivem um luto pela perda do filho saudável que não veio, [...] o filho idealizado é substituído por uma criança ‘imperfeita’. Isso causa um grande golpe na autoestima dos pais”, que são acompanhados de culpa. Begossi (2003) relata ainda que, quando o filho tem limitações – não esperadas – o comportamento da família, da mãe, principalmente, apresenta a superproteção, tendo como justificativa o fazer tudo por ele, pois a culpa dessa deficiência é totalmente dela.

Presenciar o cotidiano de sujeitos, com distintas singularidades, faz parte da docência, principalmente quando esta atua (in)diretamente com o ensino-aprendizagem e mantém a tríade primordial: professor-aluno-família. No contexto escolar em que um sujeito com limitação auditiva se encontra, é muito comum – quando ainda menor de idade – presenciar dois comportamentos distintos: a presença efetiva da família em busca da melhor educação para o filho e, por outro lado, a família com excessiva preocupação no processo educacional, tornando-se uma barreira dificultadora, limitando ou até mesmo proibindo o acesso às informações essenciais à sua comunicação e desenvolvimentos linguísticos e cognitivos, o que neste caso, pode ocorrer por meio da Língua brasileira de sinais – Libras.

A partir das experiências vivenciadas, que somam às percepções e inquietações, com base

na coleta de dados empíricos e teóricos, este trabalho tem o intuito de relatar, brevemente, três tipos de situações que ocorreram com educandos com distintas singularidades, que por sua vez são público-alvo da Educação Inclusiva. Indaga-se sobre a superproteção da família, a base, que muitas das vezes dificulta ações pedagógicas que favorecem o desenvolvimento sociocognitivo, de modo eficaz, dos filhos-alunos ingressos em contexto educacional. Aos sujeitos e suas especificidades aqui mencionados, ater-se-á apenas uma síntese, da experiência, devido ao curto espaço de registro.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Ao lançar mão de algumas experiências vivenciadas, in loco, no cotidiano educacional em atuação com sujeitos Surdos, com limitação visual e com Autismo (PcA), nível 1², e seus contextos específicos, a produção deste trabalho encontra-se à luz de Yin (2001), com abordagem qualitativa na investigação empírica e o uso de técnicas específicas à coleta de dados e análises dos fatos. Os dados coletados, além da experiência empírica no contato com os sujeitos, ocorreram por meio da literatura impressa e das disponíveis nos bancos de dados de autores que contextualizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a Libras, a cultura, as identidades e a diversidade da Comunidade Surda.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Numa relação à função social de um sujeito com limitação visual, por exemplo, foi observado por profissionais terapeutas, a ocorrência de atrasos no desempenho das habilidades necessárias e esperadas. Em comparação de sujeitos com famílias distintas, no que diz respeito às suas independências e autonomias nas atividades cotidianas, o desempenho inferior ao esperado teve como a possível superproteção da família que antecipou as solicitações orais, ao invés de oportunizar a autonomia de fala do sujeito.

Por terem gerado um filho com deficiência, os pais culpam a si próprios e se questionam como contribuíram para que isso acontecesse. Isso decorre do desconhecimento da família sobre a deficiência e se há recursos práticos que irão auxiliá-los. Quando há limitação auditiva, cria-se uma barreira comunicativa entre a família. Por essa razão, ela descarta a possibilidade de aprender e se comunicar em língua de sinais, tendo como justificativa o prejuízo no desenvolvimento da fala e da cognição; preconceitos, esses, enraizados pelos fatos históricos da Educação de Surdos. Com a PcA, semelhantes são as raízes do preconceito quanto à autonomia e independência do sujeito. É possível identificar tristezas, frustrações, medos, sensações de incapacidade e impotência diante do

²Embora a citação do nível 1 esteja relacionada ao relato de experiência em questão, não será aqui abordado pormenores e especificidades da PcA. Segundo os estudos, esse nível também é conhecido como autismo leve e é classificado àqueles com necessidade de suporte mínimo. “Embora a PcA nível 1 seja autônoma em diversas atividades, o impacto do autismo e, principalmente, seu mascaramento, atravessam duramente suas vidas de modo que necessitam de acesso a terapias e acompanhamento médico para tratar e prevenir o desencadeamento de depressões, bem como outros problemas de saúde mental e física pelo esgotamento vivido” (Orrú, 2024, p. 1- Disponível em: <https://abrir.site/dpCnf>).

diagnóstico. É compreensível que a família tenha esse tipo de comportamento, até porque o luto familiar – mesmo que (in)visível aos olhos de terceiros – permanecerá por muitos anos, para sempre (Silva; Airoidi, 2014; Andrade, 2022).

4. CONCLUSÃO

Embora tenha havido avanços significativos em termos de legislação e conscientização, as PcD ainda enfrentam diversas barreiras, inclusive aquelas que advêm da própria família: a superproteção. A subestimação de suas capacidades os leva à exclusão e à marginalização.

A partir dessas experiências, foi possível saber, somar e corroborar, com a base teórica, o que é apontado sobre o desconhecimento, por parte dos pais, quanto às capacidades do que o filho pode fazer de modo independente e com autonomia, configurando, assim, na proteção excessiva e no bloqueio comunicativo de terceiros, àqueles que não fazem parte do vínculo familiar, para prestar o atendimento necessário, segundo às especificidades de cada um. As PcD merecem viver em uma sociedade que valorize sua dignidade e ofereça as condições necessárias para sua plena participação. A inclusão é um direito e uma responsabilidade coletiva que exige o compromisso de todos nós. Somente através da remoção de barreiras e da promoção de uma cultura de respeito e igualdade é que teremos uma sociedade genuinamente inclusiva e, inculcar-se-á na família que a liberdade, a autonomia e a independência do sujeito o faz protagonista de sua história e conquistador de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. S. **Papel da família no processo de ensino aprendizagem**: quando o excesso de superproteção se torna um problema? 37 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - UFT, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2022. Disponível em: <https://abrir.site/hpOIx>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BEGOSSI, J. **O luto do filho perfeito**: Um estudo psicológico sobre os sentimentos vivenciados por mães com filhos portadores de paralisia cerebral. 127f. (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2003. Disponível em: <https://abrir.site/DHFTK>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- MARQUES, L. P. O filho sonhado e o filho real. **Rev. Bra. de Educ. Esp.** Piracicaba, v. 3, n. esp., p. 121-125, 1995. Disponível em: <https://abrir.site/HjGDI>. Acesso em: 17 maio 2024.
- NAOURI, A. **Educar os Filhos** – Uma urgência nos dias que correm. 2º Ed. Alfragide: Livros d’Hoje, 2008.
- PACHECO, A. S. M. B. **Proteger ou Superproteger?** Dissertação (Mestrado) Instituto Politécnico de Portalegre, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://abrir.site/ZcAZc>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- RITA, A. M. P. S. **A Influência da Ansiedade e da Superproteção dos Pais**, no Desenvolvimento da Ansiedade Social em Crianças de Idade Pré-escolar. Dissertação (Mestrado) Universidade do Algarve, Portugal, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/12268>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- SILVA, M. R.; AIROLDI, M. J. A influência do familiar na aquisição de habilidades funcionais da criança com deficiência visual. **Revista de Terapia Ocupacional** da USP, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 1, p. 36–42, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i1p36-42>. Acesso em: 06 set. 2024.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.